

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inova Saúde São Paulo SPE S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reclassificação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis a qual descreve que as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reclassificadas sob esta denominação, como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, devido à compensação de determinados ativos e passivos, totalizando o montante de R\$ 74.480 no ativo e R\$ 74.480 no passivo. Auditamos as reclassificações mencionadas na referida nota e em nossa opinião tais reclassificações são apropriadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1SP 223326/O-3

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020		Notas	31/12/2021	31/12/2020
			Reclassificado				Reclassificado
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	53.346	15.205	Fornecedores	14	29.035	14.091
Caixa restrito	7	3.713	-	Empréstimos e financiamentos	15	5.414	135.212
Ativo financeiro de concessão	8	34.410	34.885	Arrendamento mercantil	16	313	629
Contas a receber	9	4.166	7.783	Obrigações e encargos trabalhistas	-	1.410	1.407
Impostos e contribuições a compensar	10	1.424	825	Obrigações tributárias	17	1.483	1.115
Adiantamentos a fornecedores	11	53.004	12.829	Partes relacionadas	18	12	40.124
Outras contas a receber	-	153	298	Dividendos	23.2	87	149
		<u>150.216</u>	<u>71.825</u>			<u>37.755</u>	<u>192.727</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	15	244.631	-
Impostos diferidos	19.1	14.187	8.515	Arrendamento mercantil	16	1.000	1.265
Contas a receber	9	8.677	7.152	Partes relacionadas	18	233	233
Ativo financeiro de concessão	8	174.960	176.051	Impostos diferidos	19.2	69.649	53.423
		<u>197.824</u>	<u>191.718</u>	Provisões	21	10.890	6.811
				Receita Diferida	22	1.595	1.711
						<u>327.998</u>	<u>63.443</u>
				Total do passivo		<u>365.753</u>	<u>256.169</u>
Imobilizado	-	14	16	Patrimônio líquido			
Intangível	12	1.423	1.463	Capital social	23.1	65.637	40.739
Ativo financeiro em formação	13	141.820	83.007	Reserva de lucros	23.2	59.907	51.121
		<u>341.081</u>	<u>276.204</u>	Total do patrimônio líquido		<u>125.544</u>	<u>91.859</u>
Total do ativo		<u><u>491.297</u></u>	<u><u>348.029</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>491.297</u></u>	<u><u>348.029</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receitas líquidas	-	258.490	166.839
Custos dos serviços prestados	25	(240.957)	(154.631)
Lucro bruto	24	17.533	12.208
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	26	(9.875)	(8.245)
Outras despesas/receitas operacionais	-	(120)	739
Lucro antes do resultado financeiro		7.539	4.702
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27	33.083	31.348
Despesas financeiras	28	(27.051)	(12.978)
		6.032	18.369
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		13.570	23.072
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	19.3	(4.845)	(8.200)
Lucro líquido do exercício		8.726	14.871

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	<u>8.726</u>	<u>14.871</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>8.726</u></u>	<u><u>14.871</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social			Reserva de Lucros			Total do patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros do período	
Em 31 de dezembro de 2019		52.000	(19.484)	32.516	2.020	34.328	-	68.864
Integralização de capital social	-	-	8.223	8.223	-	-	-	8.223
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	14.871	14.871
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	744	-	(744)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	14.128	(14.128)	-
Dividendos	23.2	-	-	-	-	(149)	-	(149)
Reversão de dividendos mínimos 2019	23.2	-	-	-	-	49	-	49
Em 31 de dezembro de 2020		<u>52.000</u>	<u>(11.261)</u>	<u>40.739</u>	<u>2.764</u>	<u>48.356</u>	<u>-</u>	<u>91.859</u>
Integralização de capital social	23.1	-	7.799	7.799	-	-	-	7.799
Aumento capital social	23.1	17.099	-	17.099	-	-	-	17.099
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	8.726	8.726
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	436	-	(436)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	8.290	(8.290)	-
Dividendos mínimos obrigatórios 2021	23.2	-	-	-	-	(87)	-	(87)
Reversão de dividendos mínimos 2020	23.2	-	-	-	-	149	-	149
Em 31 de dezembro de 2021		<u>69.099</u>	<u>(3.462)</u>	<u>65.637</u>	<u>3.200</u>	<u>56.707</u>	<u>-</u>	<u>125.544</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.570	23.072
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem na construção	(24.442)	(14.045)
Depreciações e amortizações	298	293
Encargos sobre empréstimos	21.438	10.760
Juros sobre mútuo	2.450	628
IOF	297	10
Variações monetárias sobre ativo financeiro	(32.012)	(27.324)
Demais variações monetárias	(376)	(705)
Reequilíbrio financeiro	(1.679)	(6.471)
Provisões	4.079	3.500
Apropriação Receita diferida	(116)	(116)
Apropriação dos impostos diferidos (pis cofins)	5.712	4.755
	<u>(10.781)</u>	<u>(5.643)</u>
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	33.789	29.509
Contas a receber de clientes	3.618	(301)
Impostos e contribuições a compensar	(63)	276
Adiantamentos a fornecedores	(40.176)	(1.206)
Outras contas a receber	142	313
Fornecedores	14.943	7.340
Obrigações e encargos trabalhistas	2	219
Obrigações tributárias	366	253
Arrendamento mercantil CPC 06	(581)	139
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>1.260</u>	<u>30.899</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adiantamento de cliente	164.864	55.080
Caixa restrito	(3.712)	-
Aquisição bens patrimoniais/intangível	(256)	-
Aquisições do ativo financeiro em formação	(192.624)	(113.121)
Custos de empréstimos com ativo financeiro em formação	(6.823)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(38.551)</u>	<u>(58.041)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Captação de empréstimos e financiamentos	120.131	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(2.785)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(18.454)	(6.592)
Custo na captação de recursos com terceiros	(5.519)	-
Captação de arrendamento mercantil	124	-
Amortização de arrendamento	(96)	(336)
Pagamento de juros sobre arrendamento	(7)	(14)
Captação de mútuo com partes relacionadas	16.000	39.350
Amortização de mútuo com partes relacionadas	(55.000)	-
Pagamento de juros sobre mútuo com partes relacionadas	(3.734)	-
Caixa proveniente/utilizado nas atividades de financiamento com terceiros	<u>50.660</u>	<u>32.408</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas		
Capital social	24.898	8.223
Partes relacionadas	(125)	(207)
Caixa proveniente/utilizado nas atividades de financiamentos com acionistas	<u>24.773</u>	<u>8.016</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>38.141</u>	<u>13.283</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	15.205	1.922
No fim do exercício	53.346	15.205
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>38.141</u>	<u>13.283</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de São Paulo - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de São Paulo.

O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa.

O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17/10/2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5.

O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido:

- i. Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato;
- ii. Construção e implantação do Complexo Hospitalar;
- iii. Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- iv. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- v. Prestação dos Serviços "Bata Cinza";
- vi. Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato.

O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da data de assinatura do Termo de Transferência Inicial pelas Partes (01 de setembro de 2015, Hospital Estadual de São José dos Campos e, 17 de julho de 2019, Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher). O Hospital Centro de Referência e Saúde da Mulher encontra-se em fase de construção com previsão de conclusão em julho de 2022.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 30 de março de 2022.

Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

3. Principais práticas contábeis adotadas

IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2 (Efetivo para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021).

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. No Brasil a taxa de referência utilizada comumente é o CDI. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em agosto de 2020, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Fase 2)

Quando as condições contratuais dos empréstimos bancários são alteradas como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base imediatamente anterior à mudança, a Entidade deve mudar a base para determinar os fluxos de caixa contratuais, de forma prospectiva, por meio da revisão da taxa de juros efetiva. Se forem feitas alterações adicionais, que não estão diretamente relacionadas com a reforma, os requisitos aplicáveis da IFRS 9 (CPC 48) são aplicados às outras alterações.

Quando um arrendamento é modificado como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os pagamentos do arrendamento é economicamente equivalente a base anterior, a Entidade deve remensurar o passivo do arrendamento para refletir os pagamentos do arrendamento descontados usando uma taxa de desconto revisada que reflita a mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais.

As alterações introduzem ainda novas exigências de divulgação nas IFRS's para relações de hedge que estejam sujeitas às exceções introduzidas através das alterações à IFRS's. IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021).

Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16/CPC 06(R2)) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento, considerando pagamentos devidos em ou anterior a 30 de junho de 2021. Devido à natureza contínua dos impactos da pandemia do COVID19, em março de 2021 o IASB emitiu alteração ao expediente prático, o qual estendeu a sua aplicabilidade para os referidos pagamentos originalmente devidos em ou anterior a 30 de junho de 2022.

O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;

- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2022);
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação.

As alterações na IFRS 16 não tiveram impactos nas Demonstrações financeiras da Companhia.

3.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

- a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma.

- b) Outras normas

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações Contábeis da Companhia, a saber:

- Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2022;
- Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2022;
- Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023;

- Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023;
- Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023;
- Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; e
- Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023.

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

3.2. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, com liquidez imediata, com vencimentos originais em até três anos, indexadas ao CDI e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo.

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 103% do CDI e referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração objetiva a atender compromissos de curto prazo.

3.1. Ativo financeiro de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os gastos com a infraestrutura não são registrados no ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente.

Os saldos nas contas de Ativo financeiro em formação, referem-se à construção do Hospital Centro de Referência e Saúde da Mulher com previsão de entrega para julho de 2022.

3.1. Contas a receber

O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" e pelos valores de reequilíbrio financeiro junto a Secretaria do Estado de Saúde.

As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um Sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo poder concedente através de verificador independente. Até o momento, a Companhia não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo poder Concedente.

3.1. Impostos e Contribuições

Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por créditos de pagamento a maior de impostos federais e saldos negativos de IRPJ e CSLL.

3.1. Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos estão demonstrados ao custo e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução da construção do Complexo Hospitalar, bens ou serviços que irão compor o custo dos serviços a serem prestados ao cliente.

3.1. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.1. Adiantamentos de clientes

Correspondem aos valores recebidos pelo Poder Concedente como Aportes de Recursos destinados à construção do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher.

3.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São registrados na conta de provisão de manutenção os gastos necessários para recuperar a infraestrutura a um nível específico de operacionalidade antes de devolvê-la ao Poder Concedente.

A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Os passivos contingentes avaliados como perdas prováveis estão demonstrados na nota 20.1 e os que são avaliados por nossa assessoria jurídica como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.1. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3.1. Contratos de arrendamento

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como direito de uso, ativo financeiro ou custo em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso.

Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

3.1. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.1. Capital social

Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

3.1. Apurações do resultado

A receita de construção é reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro.

As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente.

A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza".

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na Rubrica de "Receitas/Despesas financeiras".

3.1. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

4.1. Risco de mercado

(i) Risco cambial

Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de construção indexados em moeda estrangeira.

(ii) Risco de taxas de juros

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 6.

A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

4.1. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.1. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Reclassificação de contas patrimoniais

A Companhia reavaliou a contabilização dos valores a receber decorrentes de reequilíbrio financeiros sobre diferença de alíquota de ISS na emissão de notas fiscais de Aportes Públicos e Contraprestações mensais e, os recebimentos de Aportes públicos destinados a construção do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher contabilizados na conta de Adiantamento de Clientes e, optou pela reclassificação destes valores conforme segue abaixo:

Reclassificação de reequilíbrio financeiro sobre ISS para o Contas a Receber Ativo Não circulante:

	31/12/2020	Reclassificação	31/12/2020
Transferência ativo financeiro em formação	355.026	(2.034)	352.991
Atualização do ativo financeiro	89.519	-	89.519
Recebimentos de aportes	(155.056)	-	(155.056)
Recebimentos Contraprestação fixa	(76.519)	-	(76.519)
	<u>212.970</u>	<u>(2.034)</u>	<u>210.936</u>
	31/12/2020	Reclassificação	31/12/2020
Parcela variável	7.795	-	7.795
Receita acessória	18	-	18
Direito de exploração	(30)	-	(30)
Reequilíbrio financeiro	5.117	2.034	7.151
	<u>12.900</u>	<u>2.034</u>	<u>14.934</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

Reclassificação dos recebimentos de Aportes do Poder Concedente contabilizados na conta de Adiantamento de Clientes para a conta de Ativo Financeiro em formação:

	31/12/2020	Reclassificação	31/12/2020
Custo incorrido			
Construção em andamento	114.368	-	114.368
Margem na construção	17.355	-	17.355
Serviços de construção	11.629	-	11.629
Materiais de construção	14.135	-	14.135
Equipamentos hospitalares	-	-	-
Encargos sobre empréstimo	-	-	-
IOF Sobre empréstimos	-	-	-
Recebimento de aportes públicos	-	(74.480)	(74.480)
	<u>157.487</u>	<u>(74.480)</u>	<u>83.007</u>
	31/12/2020	Reclassificação	31/12/2020
Adiantamento de clientes	<u>74.480</u>	<u>(74.480)</u>	<u>-</u>
	<u>74.480</u>	<u>(74.480)</u>	<u>-</u>

Com base no item 41 do CPC 26, quando a apresentação ou a classificação de itens nas demonstrações contábeis forem modificadas, os montantes apresentados para fins comparativos devem ser reclassificados, a menos que a reclassificação seja impraticável. Quando os montantes apresentados para fins comparativos são reclassificados, a entidade deve divulgar:

- (a) A natureza da reclassificação;
- (b) O montante de cada item ou classe de itens que foi reclassificado;
- (c) A razão para a reclassificação.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	185	55
Aplicações financeiras		
Banco Bradesco S.A	52.615	15.149
Banco Itau S.A	1	1
Banco Santander S/A	545	-
	<u>53.346</u>	<u>15.205</u>

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's dos respectivos bancos com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 103% do CDI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

7. Caixa restrito

O saldo de caixa restrito no montante de R\$ 3.713 refere-se a conta reserva vinculada às emissões de debêntures, equivalente ao valor das próximas 2 (duas) parcelas devidas a título de pagamento dos juros remuneratórios. O valor da conta reserva ficará restrito até o final do contrato ou quando for dispensada da manutenção dada pelo contrato de debêntures, conforme critérios estabelecidos no contrato. O responsável pelas movimentações da conta é o Banco Daycoval S/A, onde os recursos estão depositados.

8. Ativo financeiro de concessão

O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito contratual de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

	Reclassificado		31/12/2021
	31/12/2020	Movimentações	
Transferência ativo financeiro em formação	352.991	212	353.203
Atualização do ativo financeiro	89.519	32.012	121.531
Recebimentos de aportes	(155.056)	-	(155.056)
Recebimentos Contraprestação fixa	(76.519)	(33.789)	(110.308)
	<u>210.936</u>	<u>(1.565)</u>	<u>209.370</u>
		31/12/2021	31/12/2020
Ativo Financeiro		<u>209.370</u>	<u>210.936</u>
		<u>209.370</u>	<u>210.936</u>
Circulante		<u>34.410</u>	<u>34.885</u>
Não Circulante		<u>174.960</u>	<u>176.051</u>

O valor devido pelo Poder Concedente é mensurado ao custo amortizado e os juros calculados com base no método da taxa efetiva de juros (TIR 1,05% 2021 e 1,00% 2020), são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

9. Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Parcela variável	4.140	7.795
Receita acessória	44	18
Direito de exploração	(18)	(30)
Reequilíbrio financeiro	8.677	7.152
	<u>12.843</u>	<u>14.936</u>
Circulante	<u>4.166</u>	<u>7.783</u>
Não Circulante	<u>8.677</u>	<u>7.152</u>

A linha "Direito de Exploração" refere-se à participação da Secretaria do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias.

A linha "Reequilíbrio financeiro" refere-se aos saldos a receber dos pedidos de recomposição patrimonial dos valores de diferença de alíquota de ISS e, atualização monetária e juros incidente sobre o inadimplemento no pagamento das parcelas de Aporte Público e Contraprestações Mensais pelo Poder Concedente à Companhia. Decorrido os prazos de recebimento estabelecido em contrato aplica-se multa pecuniária de 2% e acréscimo de juros de mora correspondente à variação pro rata die da taxa SELIC.

10. Impostos e contribuições a compensar

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo negativo de IRPJ	548	252
Saldo negativo de CSLL	118	57
Impostos pagos a maior	758	516
	<u>1.424</u>	<u>825</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

11. Adiantamento a fornecedor

Os adiantamentos são efetuados ao fornecedor a título de pagamentos antecipados pela contratação de serviços e materiais a serem aplicados na obra ou prestação de serviços ao cliente. Os adiantamentos serão liquidados mediante a efetiva prestação dos serviços e entrega dos referidos materiais como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	32.521	10.560
Elekta Solutions A.B	5.394	-
Swisslog Healthcare Italy S.P.A. SU	4.871	472
Siemens Healthcare Diagnósticos	4.100	-
Condor Internacional	2.333	528
SPDM - Hospital Reg. De Sorocaba Bata Cinza	276	674
Comissaria de despachos Montreal Ltda	-	305
Demais fornecedores	3.509	290
	<u>53.004</u>	<u>12.829</u>

12. Intangível

Intangível	Vida útil em anos	Custo	Atualização contratual	Amortização acumulada	31/12/2021	31/12/2020
					Líquido	Líquido
Locação de Imóvel	6	1.755	19	(588)	1.186	1.463
Software		237	-	-	237	-
		<u>1.992</u>	<u>19</u>	<u>(588)</u>	<u>1.423</u>	<u>1.463</u>

13. Ativo financeiro em formação

	Reclassificado	Adições	Recebimentos	Transferências	31/12/2021
	31/12/2020				
Custo incorrido					
Construção em andamento	114.368	116.515	-	-	230.883
Margem na construção	17.355	24.442	-	(28)	41.769
Serviços de construção	11.629	5.774	-	-	17.403
Materiais de construção	14.135	69.425	-	(26)	83.534
Equipamentos hospitalares	-	910	-	(158)	752
Encargos sobre empréstimo	-	4.645	-	-	4.645
IOF Sobre empréstimos	-	2.178	-	-	2.178
Recebimento de aportes públicos	(74.480)		(164.864)	-	(239.344)
	<u>83.007</u>	<u>223.889</u>	<u>(164.864)</u>	<u>(212)</u>	<u>141.820</u>

O saldo da conta Ativo Financeiro em Formação refere-se à construção do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher. Com base nos fluxos de caixas projetados, a Companhia aplica o percentual de 11,02% como margem na construção.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

Os valores de aquisições e margem da construção relativos ao Hospital Estadual de São José dos Campos no montante de R\$ 212 foram transferidos para a conta de "Ativo financeiro de concessão".

14. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
SPDM - Associação Paulista para o Des da Medicina	10.489	7.253
Philips Medical System Ltda	5.535	706
Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda.	5.480	-
Demais fornecedores	7.531	6.132
	<u>29.035</u>	<u>14.091</u>

A Companhia possui contrato firmado com o fornecedor SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina ("SPDM") para a prestação de serviços não assistenciais no Hospital Estadual de São José dos Campos denominados como "bata cinza". Quando do início das operações em 2018, as condições inicialmente pactuadas haviam sido substancialmente alteradas e a Companhia assumiu diretamente parte significativa dos serviços previstos no escopo das obrigações da contratada, alterando substancialmente as obrigações e a operação do referido fornecedor. Além disso, a Companhia apurou diversas irregularidades e descumprimentos contratuais cometidos pela SPDM. Nesse contexto, a Companhia esclarece que, como já pontuado à SPDM ao longo dos últimos anos, não concorda com os valores reclamados pelo fornecedor e que serão adotadas as medidas jurídicas cabíveis sobre o tema.

15. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas Contratuais	Vencimento final	31/12/2021			31/12/2020	
			Circulante	Não Circulante	Total	Total	
BNDES - Ponte A (a)	IPCA+3,17%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	965	21.681	22.646	23.319	
BNDES - Ponte B (a)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	1.554	34.641	36.195	36.804	
BNDES - Capital de giro (b)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	1.918	42.758	44.677	45.258	
BNDES - Financiamento (c)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 4,16%a.a.	Março de 2036	750	90.000	90.750	-	
(-) Custos na transação			(246)	(3.010)	(3.256)	-	
			<u>4.941</u>	<u>186.071</u>	<u>191.012</u>	<u>105.381</u>	
			Circulante	Não Circulante	Total	Total	
1ª emissão de debêntures (d)	CDI + 3,60% a.a.	Agosto de 2029	842	60.340	61.182	-	
(-) Custos na transação			(408)	(1.854)	(2.262)	-	
			<u>433</u>	<u>58.486</u>	<u>58.919</u>	<u>-</u>	
			Circulante	Não Circulante	Total	Total	
Daycoval leasing - Banco Múltiplo (e)	Pré fixada 0,8336% a.m.	Julho de 2024	48	81	129	87	
(-) Ajuste a valor presente			(9)	(6)	(15)	(3)	
			<u>39</u>	<u>75</u>	<u>114</u>	<u>84</u>	
			Circulante	Não Circulante	Total	Total	
Bradesco - Capital de giro (f)	CDI + 2,20% a.a.		-	-	-	29.748	
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.748</u>	

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	5.414	135.212
Não Circulante	244.631	-

- a) Em 31 de agosto de 2021 através do 11º contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade empréstimo-ponte no valor de R\$ 58.727 com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato;
- b) Em 31 de agosto de 2021 através do 9º contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade de capital de giro no valor de R\$ 44.592 com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato.

Os recursos são destinados ao apoio à implantação do complexo hospitalar de São José dos Campos.

- c) Em 31 de agosto de 2021 a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional com crédito autorizado de R\$ 120.000. A Companhia recebeu o valor de R\$ 90.000 que será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato.

Os recursos serão destinados ao apoio à implantação do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher.

- d) Em 19 de agosto de 2021, através de aprovação em Assembleia geral extraordinária a Companhia aprovou a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única. O valor total da emissão é R\$ 60.340 totalizando um montante de 60.340 debêntures com valor Nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais). As debêntures terão carência de 6 meses para o vencimento principal e pagamento de juros trimestrais.

Os recursos obtidos serão destinados para pagamento do saldo da dívida junto ao Banco Bradesco e, investimentos na manutenção do hospital de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher.

- e) Em 28 de abril de 2021 a Companhia realizou contrato de arrendamento mercantil com o Bando Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A no valor de R\$ R\$ 123 para a renovação do parque tecnológico do Hospital Estadual de São José dos Campos;
- f) Em agosto de 2021, o saldo de empréstimo bancário no montante de R\$ 30.209 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 29.748) foi quitado com parte dos recursos recebidos na emissão das debêntures.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação:

Saldos no início do exercício	135.212
Emissão de debêntures	60.340
Liquidação de empréstimos (Bradesco)	(30.209)
Captação de empréstimos	90.000
Arrendamento mercantil	124
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	21.438
Amortização de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(2.881)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(18.461)
Custo na emissão de empréstimos e financiamentos	(5.519)
Saldo no final do exercício	250.044

Parte dos recursos captados na emissão de debêntures foram destinados à quitação do saldo de empréstimos com o Banco Bradesco S/A, desta forma os valores foram apresentados líquidos na Demonstração do Fluxo de Caixa.

As parcelas do não circulante estão demonstradas a seguir por vencimento:

Empréstimos

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2036	Total
Ponte A	1.033	1.155	1.270	1.397	16.827	21.681
Ponte B	1.665	1.859	2.041	2.242	26.833	34.641
Capital de Giro	2.055	2.294	2.520	2.767	33.121	42.758
Empréstimos	2.555	3.806	4.224	4.669	74.745	90.000
	7.309	9.114	10.055	11.074	151.527	189.080

Debêntures

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2029	Total
Banco Bradesco	6.240	7.463	8.236	9.109	29.293	60.340
	6.240	7.463	8.236	9.109	29.293	60.340

Leasing

	2023	2024	Total
Banco Daycoval	43	32	75
	43	32	75

Garantias da operação

A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de garantias para assegurar o pagamento das obrigações de juros e principal ao BNDES e ao Agente fiduciário. As garantias são constituídas pelos direitos emergentes do Contrato de Concessão, de titularidade da Companhia, incluindo o direito de receber todos e quaisquer valores pendentes de pagamento pelo Poder Concedente e/ou pela Companhia Paulista de Parcerias - CPP a Companhia.

Além da cessão fiduciária, a Companhia mantém como garantia de pagamento das obrigações dos contratos, conta vinculada destinada a receber os créditos decorrentes dos créditos cedidos e, Conta Reserva mencionado na nota explicativa nº 7 - Caixa Restrito.

Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants

O cálculo dos covenants vinculadas aos contratos de empréstimos com o BNDES e emissão de debêntures estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	125.544	91.859
Ativo Total	491.297	348.029
ICP	0,26	0,26

16. Arrendamento mercantil

A Companhia possui contrato de subarrendamento celebrado com a Controladora. Os registros foram realizados nas contas de Ativo Não Circulante "Intangível" em contrapartida do Passivo Circulante e Não Circulante "arrendamento mercantil" com base no CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil. Cada pagamento efetuado é baixado do passivo circulante e o custo financeiro alocado no resultado em despesas financeiras.

Foi adotado como taxa de desconto dos passivos de arrendamento mercantil a taxa de 0,7588% a.m. O direito de uso do intangível é amortizado pelo método linear considerando o prazo executável do contrato, lançado na demonstração do resultado como "Amortização".

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	313	629
Não Circulante	1.001	1.265
	1.313	1.894

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

Segue abaixo a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.894
Novos contratos	-
Pagamentos - principal	(448)
Pagamentos - juros	(241)
Apropriação de encargos financeiros	109
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.313

17. Obrigações tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
COFINS a recolher	568	491
ISS a recolher	440	238
INSS retido na fonte	105	97
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	134	127
Pis a recolher	119	104
ISS na fonte	29	23
IR retido na fonte	13	10
ICMS a Pagar	75	25
	1.483	1.115

18. Partes relacionadas

Os saldos das contas correntes passivas representam operações com partes relacionadas.

	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
Contas-correntes passivas			
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	-	245	369
Julio Capobianco	Selic +4,90 a.a.	-	25.103
Inova Saúde Sorocaba SPE S/A	CDI + 0,35 a.m.	-	14.885
		245	40.357

Adicionalmente a Companhia possui contrato de empreitada para a construção do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher e, contrato de sublocação e compartilhamento de despesas. Os valores estão demonstrados nas notas 13 - Ativo financeiro em formação na rubrica Construções em Andamento R\$ 230.883 (114.368 em 2020), R\$ 32.521 (R\$ 10.560 - 2020) reconhecido como Adiantamento a fornecedor demonstrado na nota 10 - Adiantamentos a fornecedores e, nota 15 - Arrendamento mercantil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

19. Impostos diferidos registrados no ativo, passivo e demonstração do resultado

19.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal		
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	13.339	12.348
Prejuízo fiscal do exercício	12.912	991
Base ajustada	<u>26.251</u>	<u>13.339</u>
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	<u>6.563</u>	<u>3.334</u>
Contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal	<u>2.363</u>	<u>1.202</u>
Base contábil temporária		
Base de cálculo temporária exercícios anteriores	11.705	4.659
Movimentação da base do diferido, líquidos	3.766	7.046
Base ajustada	<u>15.471</u>	<u>11.705</u>
Imposto de renda diferido sobre base temporária	<u>3.869</u>	<u>2.925</u>
Contribuição social diferido sobre base temporária	<u>1.393</u>	<u>1.054</u>
Total no Ativo Não Circulante		
Imposto de renda	<u>10.431</u>	<u>6.259</u>
Contribuição social	<u>3.756</u>	<u>2.256</u>
	<u>14.187</u>	<u>8.515</u>

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia.

As bases temporárias são constituídas dos valores de provisão para reinvestimentos adicionados da sua atualização financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

19.1. Impostos registrados no passivo

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R\$ 69.649 (R\$ 53.423 em 2020), representam os valores de impostos diferidos da receita total da construção, variações monetárias sobre o ativo financeiro e recebimentos futuros sobre reequilíbrios financeiros.

Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de Pis/Cofins e IRPJ/CSLL devem ser recolhidos a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Ativo financeiro de concessão	14.879	11.278
Variação monetária do ativo financeiro	17.833	14.171
Reequilíbrio financeiro	2.153	1.684
	<u>34.865</u>	<u>27.133</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	5.357	4.060
Variação monetária do ativo financeiro	6.420	5.102
Reequilíbrio financeiro	775	607
	<u>12.553</u>	<u>9.769</u>
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	3.267	2.399
Variação monetária do ativo financeiro	464	368
Reequilíbrio financeiro	90	64
	<u>3.821</u>	<u>2.831</u>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Ativo financeiro de concessão	15.080	11.071
Variação monetária do ativo financeiro	2.853	2.267
Reequilíbrio financeiro	477	351
	<u>18.410</u>	<u>13.689</u>
Total dos impostos diferidos passivos	<u><u>69.649</u></u>	<u><u>53.423</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

19.1. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no resultado

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social	31/12/2021	renda	Social	31/12/2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	13.571	13.571	13.571	23.072	23.072	23.072
Adições	32.859	32.859	32.859	24.044	24.044	24.044
Realização da margem da construção	10.038	10.038	10.038	3.274	3.274	3.274
Realização da variação monetária	17.362	17.362	17.362	12.678	12.678	12.678
Bases temporárias	4.059	4.059	4.059	7.046	7.046	7.046
Outras adições	1.400	1.400	1.400	1.046	1.046	1.046
Exclusões	(59.342)	(59.342)	(59.342)	(48.107)	(48.107)	(48.107)
Margem da Construção	(24.442)	(24.442)	(24.442)	(14.045)	(14.045)	(14.045)
Variação monetária sobre contrato de concessão	(32.012)	(32.012)	(32.012)	(27.324)	(27.324)	(27.324)
Reequilíbrio financeiro	(1.875)	(1.875)	(1.875)	(6.738)	(6.738)	(6.738)
Outras exclusões	(1.013)	(1.013)	(1.013)	-	-	-
Resultado fiscal antes da compensação do prejuízo	(12.913)	(12.913)	(12.913)	(992)	(992)	(992)

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social	31/12/2021	renda	Social	31/12/2020
Ativo financeiro de concessão	(3.601)	(1.296)	(4.897)	(2.693)	(969)	(3.662)
Variação monetária de ativo financeiro	(3.662)	(1.318)	(4.981)	(3.662)	(1.318)	(4.980)
Bases temporárias	942	339	1.280	1.761	634	2.395
Reequilíbrio financeiro	(469)	(169)	(638)	(1.684)	(606)	(2.291)
Provisão prejuízo fiscal	3.228	1.161	4.389	248	89	337
Impostos diferidos registrados no resultado	(3.561)	(1.283)	(4.845)	(6.030)	(2.171)	(8.200)

20. Adiantamento de clientes

Os recebimentos de Aportes públicos no montante de R\$ 74.480 em 2020, contabilizados na conta de Adiantamento de Clientes foram reclassificados para a conta de Ativo financeiro em formação conforme nota explicativa N° 5.

21. Provisões

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para reinvestimento	10.870	6.811
Provisão para contingência trabalhista	20	-
	<u>10.890</u>	<u>6.811</u>

O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o parceiro privado realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Companhia vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão. Os valores são reajustados com base nos índices de inflação - IPCA.

21.1. Passivo contingente

A Companhia é parte envolvida em processos de origem trabalhistas e tributárias decorrentes do curso normal de suas operações no montante de R\$ 1.623, sendo R\$ 575 de origem trabalhista e R\$ 1.048 de origem tributária. Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação aplicável, as contingências que na opinião de nossos assessores jurídicos são consideradas com probabilidades de perdas possíveis, não devem ser registradas nas demonstrações contábeis.

22. Receita diferida

O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias nos Hospitais, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente. Em 2018, a Companhia celebrou contrato para a exploração de atividade de estacionamento de veículos na área do Hospital Estadual de São José dos Campos.

	31/12/2021	31/12/2020
Direito de Exploração	1.595	1.711
	<u>1.595</u>	<u>1.711</u>

Essa contratação contemplou o recebimento a título de outorga, no valor de R\$ 2.700 recebidos em parcela única e registrados como Receita Diferida no balanço da Companhia. A apropriação será realizada por 17 anos (204 meses) de acordo com o contrato.

23. Patrimônio Líquido

23.1. Capital social

Em 2021 a Companhia realizou o aumento de capital no montante e R\$ 17.099 com integralizações no montante de R\$ 24.898 (R\$ 8.223 em 2020).

O capital social subscrito da Companhia passou a ser de R\$ 69.099, representado por 61.660.598 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizado no valor de R\$ 65.637 (R\$ 40.739 em 2020).

23.2. Dividendos

Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim, os acionistas optaram pela não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 149 relativos ao ano de 2020. Os valores foram revertidos para a conta de Reserva de lucros.

24. Lucro bruto

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de construção da concessão	221.758	127.166
Receita da concessão	49.182	46.447
Receitas acessórias	334	419
Receita de reequilíbrio financeiro	1.283	1.783
(-) Deduções sobre receitas acessórias	(84)	(105)
Tributos sobre construção da concessão	(10.425)	(5.449)
Tributos sobre concessão	(3.408)	(3.218)
Tributos sobre receitas acessórias	(31)	(39)
Tributos sobre receita de reequilíbrio	(119)	(164)
Receita operacional líquida (b)	258.490	166.840
(-) Custo de construção da concessão	(197.316)	(113.121)
(-) Custo com a operação	(43.641)	(41.511)
Lucro bruto (a)	<u>17.533</u>	<u>12.208</u>
Margem % ((a) / (b))	<u>6,78%</u>	<u>7,32%</u>

O aumento nas linhas de “Receita da construção de concessão” e “Custo de construção de concessão” referem-se ao avanço da obra do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

25. Custos

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços contratados	(27.594)	(26.800)
Custo com pessoal	(4.235)	(4.437)
Materiais e equipamentos hospitalares	(3.537)	(2.873)
Provisões para reposições do ativo financeiro	(3.181)	(3.181)
Serviços de TI	(2.125)	(1.777)
Manutenção Predial	(2.031)	(1.878)
Reposição ativo financeiro	(283)	(127)
Outros custos	(655)	(437)
	<u>(43.641)</u>	<u>(41.510)</u>
Custo da construção do ativo financeiro	<u>(197.316)</u>	<u>(113.121)</u>
	<u>(240.957)</u>	<u>(154.631)</u>

26. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(7.182)	(6.313)
Serviços de terceiros	(1.023)	(1.231)
Despesas gerais	(733)	(249)
Impostos e taxas	(638)	(159)
Depreciações e amortizações	(298)	(293)
	<u>(9.875)</u>	<u>(8.245)</u>

27. Receitas financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Variações monetárias sobre Ativo financeiro	32.012	27.324
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.890	143
Multa e juros sobre atraso no recebimento	397	4.688
Variações monetárias sobre reequilíbrio	349	682
Outras receitas financeiras	50	41
Impostos sobre receitas financeiras	(1.615)	(1.530)
	<u>33.083</u>	<u>31.348</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

As variações monetárias ativas referem-se em sua maioria, a atualização do Ativo Financeiro de concessão com base na taxa interna de retorno.

28. Despesas financeiras

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Juros s/ empréstimos	(16.786)	(10.747)
Indenizações	(5.741)	-
Juros s/ mútuo	(2.450)	(628)
Despesas financeiras s/ provisão	(878)	(319)
Iof sobre operações financeiras	(379)	(38)
Despesas e comissões bancárias	(342)	(30)
Custos nas transações com empréstimos	(270)	-
Juros s/ arrendamento CPC 06	(156)	(139)
Juros s/ arrendamento	(7)	(14)
Outras Despesas financeiras	(41)	(1.063)
	<u>(27.051)</u>	<u>(12.978)</u>

29. Informações complementares de Ebitda (não auditado)

Abaixo segue o Ebitda ajustado considerando os pagamentos das contraprestações mensais fixas que representam a remuneração do Ativo Financeiro:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	7.539	4.702
(+) depreciações/amortizações	298	293
Ebitda	<u>7.836</u>	<u>4.995</u>
(+) Recebimento parcela fixa	<u>33.789</u>	<u>29.509</u>
Ebitda ajustado	<u>41.625</u>	<u>34.504</u>

30. Seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

	Montante da
	Cobertura
<u>Riscos cobertos</u>	
Garantia setor público	39.929
Responsabilidade Civil	10.000
Responsabilidade Civil hospitalar	10.000
Riscos Nomeados	328.446

31. Efeitos Covid

Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, a Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 nos mercados mundiais e nacionais. Até o momento não houve reflexos financeiros negativos para a Companhia ou que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis.